



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Concurso Público para provimento de cargo de
Auditor

Caderno de Prova, Cargo D04, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2008

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Considere que a Constituição de um determinado Estado preveja que o Poder Legislativo possa reformar a Constituição, ordinariamente, a cada cinco anos e, extraordinariamente, a qualquer momento, desde que assim decidam quatro quintos dos parlamentares. Em qualquer hipótese, as alterações da Constituição deverão ser aprovadas por maioria de dois terços dos membros do Legislativo, cabendo ao Presidente da República promulgar o ato normativo de reforma. Suponha, por fim, que exista proibição de reforma constitucional na vigência de estado de sítio.

O procedimento acima descrito é similar ao de reforma da Constituição brasileira de 1988 no que diz respeito

- (A) ao lapso temporal para exercício regular do poder de reforma da Constituição.
- (B) ao quorum de quatro quintos dos parlamentares para apresentação de proposta de emenda.
- (C) ao quorum de dois terços dos parlamentares para aprovação da emenda constitucional.
- (D) à necessidade de promulgação da emenda pelo Presidente da República.
- (E) à existência de limitações circunstanciais ao poder de reforma da Constituição.

2. Considere as seguintes afirmações sobre o regime constitucional das medidas provisórias:

- I. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado por uma das Casas do Congresso Nacional.
- II. Em matéria orçamentária, é admitida a edição de medidas provisórias para abertura de créditos extraordinários, com vistas ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- III. Prorroga-se uma única vez por igual período a vigência da medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- IV. É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

3. Nos termos da Constituição da República, é da competência do Supremo Tribunal Federal

- (A) processar a homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (B) julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro, de um lado, e pessoa residente ou domiciliada no país, de outro.
- (C) processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) julgar, mediante recurso extraordinário, causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (E) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.

4. Compete ao Tribunal de Contas da União

- (A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (C) realizar, desde que a pedido de uma das Casas do Congresso Nacional ou de suas comissões, inspeções de natureza contábil nas unidades administrativas dos três Poderes da União.
- (D) sustar a execução de contrato impugnado perante o órgão, solicitando ao Poder Executivo a imediata adoção das medidas cabíveis.
- (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

5. Em matéria de responsabilização do Presidente da República por crimes de responsabilidade, prevê a Constituição da República que

- (A) a acusação deverá ser admitida por dois terços dos membros do Senado Federal.
- (B) o Presidente ficará suspenso de suas funções, pelo prazo de até 180 dias, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (C) o processo tramitará perante o Supremo Tribunal Federal, funcionando como Presidente deste o do Senado Federal.
- (D) a condenação se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública.
- (E) os crimes serão definidos em lei complementar, que estabelecerá, ainda, as normas respectivas de processamento e julgamento.

<p>6. É característica comum à ação direta de inconstitucionalidade e à ação declaratória de constitucionalidade, ambas de competência do Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) terem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual impugnados em face da Constituição da República.</p> <p>(B) a legitimação de um terço dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para sua propositura.</p> <p>(C) que seja cientificado da decisão o Poder competente, para adoção das medidas necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.</p> <p>(D) a produção de efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>(E) a obrigatoriedade de oitiva prévia do Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.</p>	<p>9. A definição, em matéria tributária, de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte</p> <p>(A) é incompatível com a Constituição da República, em decorrência da vedação de estabelecimento de distinção entre contribuintes em razão de sua ocupação profissional ou função por eles exercida.</p> <p>(B) não poderá implicar em instituição de regimes especiais ou simplificados no caso do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.</p> <p>(C) será estabelecida por lei complementar, que poderá, inclusive, instituir regime único de arrecadação de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos da Constituição da República.</p> <p>(D) não poderá resultar no estabelecimento de condições de enquadramento diferenciadas por Estado, nem em obrigatoriedade para os contribuintes de adesão ao regime.</p> <p>(E) implicará na centralização, pela União, de recolhimento dos impostos e contribuições sujeitos ao regime, devendo ser imediata a distribuição de parcelas de recursos pertencentes a outros entes da Federação, excetuadas hipóteses de retenção ou condicionamento, previstas na Constituição.</p>
<p>7. Nos termos da Constituição da República, eventual emenda ao projeto de lei do orçamento anual, que indique os recursos necessários, provenientes de anulação de despesa, e incida sobre transferência tributária constitucional para Estados e Municípios,</p> <p>(A) não poderá ser aprovada, por expressa vedação constitucional.</p> <p>(B) poderá ser aprovada, por se tratar de exceção expressa à vedação de aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República.</p> <p>(C) deverá ser apresentada à Comissão mista permanente de Senadores e Deputados Federais, que sobre ela emitirá parecer, a ser submetido à apreciação do Presidente da República.</p> <p>(D) poderá ser aprovada, desde que seja compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(E) deverá ser apresentada ao Presidente da República, que poderá propor modificação ao projeto de lei, enquanto não iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.</p>	<p>10. Nos termos dos artigos 84, IV, e 91 da Constituição do Estado de Alagoas, o processo legislativo no âmbito estadual compreende a elaboração de leis delegadas pelo Governador, que, para tanto, deverá solicitar delegação à Assembléia Legislativa. Sob os aspectos relatados, referidos dispositivos da Constituição do Estado são</p> <p>(A) compatíveis com a Constituição da República, na medida em que respeitam os princípios e limitações impostas pelo modelo adotado pela Constituição da República, em simetria ao processo legislativo federal.</p> <p>(B) ofensivos à forma federativa de Estado, que não pode ser objeto de proposta de emenda à Constituição da República e, por conseqüência, não podem figurar na Constituição do Estado.</p> <p>(C) incompatíveis com o princípio da separação de poderes, por implicar em submissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo.</p> <p>(D) ofensivos ao princípio da separação de poderes, por implicar em atribuição de atividade legislativa ao chefe do Poder Executivo estadual por norma infraconstitucional.</p> <p>(E) incompatíveis com a Constituição da República, que prevê a lei delegada como instrumento excepcional de uso exclusivo do Presidente da República.</p>
<p>8. Relativamente à sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, prevê a Constituição da República que caberá à lei dispor sobre</p> <p>(A) sua sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto no que se refere aos direitos e obrigações trabalhistas.</p> <p>(B) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.</p> <p>(C) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, sendo vedado o estabelecimento de remuneração aos Conselheiros, pelo exercício de suas atribuições.</p> <p>(D) a avaliação de desempenho e a responsabilidade individual dos administradores, em virtude da impossibilidade de sujeição da pessoa jurídica a penalidades, notadamente em matéria de atos praticados contra a economia popular.</p> <p>(E) o estabelecimento de benefícios fiscais próprios, não extensivos às empresas do setor privado.</p>	

DIREITO ADMINISTRATIVO

<p>11. De acordo com a Lei estadual nº 5.247/91 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas), o dependente de servidor terá como benefício do Plano de Seguridade Social</p> <p>(A) assistência financeira. (B) assistência habitacional. (C) assistência psicológica. (D) auxílio natalidade. (E) auxílio-reclusão.</p>	<p>15. No que se refere à revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que o referido instituto</p> <p>(A) traduz uma valoração acerca de determinado ato administrativo, não podendo ser processado senão pela própria Administração Pública em razão da prevalência do sistema de repartição de funções estatais no Direito pátrio. (B) aplica-se sobre atos administrativos vinculados e discricionários. (C) tem sido criticado pelas teorias jurídicas modernas, que sugerem a sua substituição pela convalidação sempre que evitado de vício o ato administrativo, em prol da estabilidade das relações jurídicas. (D) pode ser processado judicialmente, dizendo respeito a vícios de legalidade do ato administrativo. (E) pode ser aplicado nos casos em que o ato administrativo deixa de ser conveniente ao interesse público, produzindo efeitos <i>ex tunc</i>.</p>
<p>12. Em matéria de responsabilidade civil da Administração Pública, a corrente doutrinária que passou a distinguir a culpa do funcionário da culpa anônima do serviço público, reconhecendo a responsabilidade do Estado tão simplesmente se o serviço público não funcionou, funcionou mal ou funcionou atrasado ficou conhecida como a teoria</p> <p>(A) da culpa administrativa. (B) do risco administrativo. (C) do risco integral. (D) da culpa civil. (E) da responsabilidade por atos de gestão.</p>	<p>16. Com relação a formas de delegação de serviços públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os chamados consórcios públicos ou administrativos consistem em acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas ou entre pessoa jurídica política e entidade privada, com vistas ao fomento de atividade privada caracterizada como serviço público. (B) Dos convênios decorre, por força de lei, a constituição de nova pessoa jurídica, responsável pela execução do serviço público, podendo revestir-se de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. (C) A transferência da execução de um serviço público de uma entidade ministerial para uma autarquia constitui mera redistribuição interna de funções entre os vários órgãos da Administração Direta e não uma forma de delegação de serviço público. (D) Nas concessões de serviço público (concessões comuns), a modalidade licitatória adequada é a concorrência. (E) Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.</p>
<p>13. Constitui norma comum e inerente ao regime jurídico das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista</p> <p>(A) a imunidade tributária garantida pela Constituição, relativa aos impostos sobre patrimônio, renda ou serviços. (B) o controle das suas atuações por órgãos da Administração Direta, nos limites da lei. (C) o desempenho de atividade de natureza não econômica. (D) a incidência do duplo grau de jurisdição, quando sejam partes em processo judicial. (E) a instituição de sua personalidade jurídica por Decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo.</p>	<p>17. “Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.”</p> <p>O art. 21, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93, transcrito acima, ao garantir a reabertura do prazo para recebimento das propostas sempre que alterado substancialmente o edital de licitação, revela a aplicação do princípio</p> <p>(A) do julgamento objetivo. (B) da impessoalidade. (C) da adjudicação compulsória. (D) da vinculação ao instrumento convocatório. (E) da ampla defesa.</p>
<p>14. “A Justiça Federal em Florianópolis recebeu 17 mandados de segurança contra a medida provisória (MP) da Presidência da República publicada em 22 de janeiro, que proibiu a venda e a oferta de bebidas alcoólicas em faixa de domínio de rodovia federal ou estabelecimento situado em local com acesso direto à rodovia. Em dois processos, as empresas conseguiram a liminar que impede (...) multa em caso de infração à MP; em quatro o pedido foi negado e nos demais ainda não houve decisão.”</p> <p>(Fonte: www.jf.gov.br. Notícias, em 13.02.2008)</p> <p>Como fundamento dessa medida provisória, o Poder Executivo federal pode evocar, dentre os princípios do Direito Administrativo, o da</p> <p>(A) indisponibilidade do interesse público. (B) continuidade dos serviços públicos. (C) supremacia do interesse público. (D) especialidade. (E) segurança nacional.</p>	

<p>18. Constituem modalidades de sanções previstas na Lei federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)</p> <p>(A) a suspensão temporária da função pública e a privação da liberdade.</p> <p>(B) a suspensão temporária da função pública e a proibição de contratar com o poder público.</p> <p>(C) a suspensão temporária dos direitos políticos e a perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.</p> <p>(D) a cassação dos direitos políticos e o ressarcimento integral do dano.</p> <p>(E) a cassação dos direitos políticos e a perda da função pública.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>21. De acordo com a Lei nº 4.320/64, os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica denominam-se créditos</p> <p>(A) especiais. (B) suplementares. (C) extraordinários. (D) originários. (E) derivados.</p>
<p>19. A alteração unilateral dos contratos administrativos</p> <p>(A) torna inviável o seu verdadeiro reequilíbrio econômico-financeiro, posto que alteradas as condições iniciais do contrato.</p> <p>(B) é reprimida pelo Direito, pois viola o princípio da autonomia, constituindo verdadeiro abuso de poder.</p> <p>(C) é permitida a ambas as partes do contrato, para melhor adequação deste às finalidades de interesse público.</p> <p>(D) pode ser quantitativa ou qualitativa, estando os limites daquela expressamente previstos em lei.</p> <p>(E) pode ser recusada pelo particular contratado, desde que manifestada formalmente tal recusa no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial.</p>	<p>22. A doutrina não considera princípio orçamentário o princípio da</p> <p>(A) legalidade. (B) exclusividade. (C) unidade. (D) programação. (E) anterioridade.</p> <p>23. Segundo Aliomar Baleeiro, o orçamento público tem a natureza jurídica de</p> <p>(A) contrato de direito público. (B) decreto. (C) lei. (D) ato administrativo. (E) ato jurisdicional.</p> <p>24. De acordo com a Constituição Federal, dispor sobre o exercício financeiro cabe à</p> <p>(A) emenda constitucional. (B) lei complementar. (C) lei ordinária. (D) resolução do Senado. (E) medida provisória.</p>
<p>20. Acerca dos bens públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na alienação de bens dominicais imóveis, dispensa-se autorização legislativa e o certame adequado é o leilão.</p> <p>(B) Os bens dominicais são aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos, em igualdade de condições.</p> <p>(C) Para aquisição de bem imóvel, via de regra é exigida licitação na modalidade leilão.</p> <p>(D) Considerando rol exemplificativo contido no Código Civil, uma ciclovia construída por uma Prefeitura é bem de uso especial.</p> <p>(E) Na retrocessão, faz-se desnecessária a licitação.</p>	<p>25. Analise as afirmações abaixo:</p> <p>I. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.</p> <p>II. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.</p> <p>III. As despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de julho, consideram-se Restos a Pagar.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p> <p>26. É correto afirmar que a lei orçamentária anual NÃO</p> <p>(A) conterà autorização para contratação de operações de crédito. (B) conterà autorização para abertura de créditos suplementares. (C) conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. (D) compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto. (E) compreenderá o orçamento da seguridade social.</p>

<p>27. Por determinação constitucional, a Lei complementar nº 101/2000 dispõe que a despesa total com o pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder aos percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:</p> <p>(A) União: 50%, Estados: 50% e Municípios: 60%. (B) União: 50%, Estados: 40% e Municípios: 60%. (C) União: 50%, Estados: 60% e Municípios: 50%. (D) União: 50%, Estados: 60% e Municípios: 60%. (E) União: 40%, Estados: 50% e Municípios: 60%.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>31. Excluem a culpabilidade</p> <p>(A) o estado de necessidade e a obediência hierárquica. (B) a legítima defesa e a doença mental. (C) o estrito cumprimento do dever legal e a obediência hierárquica. (D) a coação moral irresistível e a menoridade. (E) o exercício regular de direito e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado.</p>
<p>28. O parecer sobre as contas do Tribunal de Contas da União será proferido</p> <p>(A) pelo Senado Federal, no prazo de sessenta dias do recebimento. (B) pela Comissão Mista de Senadores e Deputados, no prazo de sessenta dias do recebimento. (C) pela Câmara dos Deputados, no prazo de trinta dias do recebimento. (D) pelo Supremo Tribunal Federal, no prazo de noventa dias do recebimento. (E) pelo Poder Executivo, no prazo de sessenta dias do recebimento.</p>	<p>32. Admite a modalidade culposa o crime de</p> <p>(A) advocacia administrativa. (B) usurpação de função pública. (C) concussão. (D) prevaricação. (E) peculato.</p>
<p>29. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das condições previstas na Lei complementar nº 101/2000, a qual afirma que a renúncia compreende:</p> <p>(A) anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, redução de alíquota ou base de cálculo de tributos. (B) anistia, remissão, subsídio, crédito fiscal, concessão de isenção em caráter geral, aumento de alíquota ou base de cálculo de tributos. (C) anistia, remissão, subsídio, crédito tributário, concessão de isenção em caráter não geral, redução de alíquota e aumento de base de cálculo de tributos. (D) anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral e particular, alteração de alíquota ou base de cálculo de tributos. (E) anistia, remissão, subsídio, crédito tributário, concessão de isenção em caráter geral, aumento de alíquota e redução de base de cálculo de tributos.</p>	<p>33. Para efeitos penais,</p> <p>(A) considera-se funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviços conveniada para a execução de atividade típica da administração pública. (B) não se considera funcionário público quem exerce função pública transitória, apesar de remunerada. (C) não se considera funcionário público quem exerce cargo público não remunerado. (D) não se considera funcionário público quem exerce emprego público transitório e não remunerado. (E) considera-se funcionário público apenas quem exerce função em entidade paraestatal.</p>
<p>30. A doutrina considera receitas públicas originárias</p> <p>(A) os tributos em geral. (B) o imposto, a taxa e a contribuição de melhoria. (C) as contribuições sociais. (D) o empréstimo compulsório e as contribuições especiais. (E) a tarifa e o preço público.</p>	<p>34. Constitui crime ordenar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal no seguinte período anterior ao final do mandato:</p> <p>(A) sessenta dias. (B) noventa dias. (C) cento e vinte dias. (D) cento e oitenta dias. (E) trezentos e sessenta dias.</p> <p>35. A sentença poderá declarar a perda de cargo público, em crime não relacionado a abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, se aplicada pena privativa de liberdade superior a</p> <p>(A) seis meses. (B) um ano. (C) dois anos. (D) três anos. (E) quatro anos.</p> <p>36. Pratica o crime de condescendência criminosa</p> <p>(A) o funcionário público que, para satisfazer interesse pessoal, deixa de praticar ato de ofício. (B) o funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo. (C) a pessoa que presta a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. (D) a pessoa que solicita vantagem para si, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. (E) o funcionário que, valendo-se de sua condição, patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública.</p>

DIREITO CIVIL

37. Sobre a reprivatização da lei, é correto afirmar:
- (A) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (B) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (C) A lei revogada jamais se restaura, devendo seu conteúdo ser objeto de outra lei, para que suas disposições voltem a vigorar.
 - (D) A legislação brasileira não contém disposição sobre esta matéria.
 - (E) As leis temporárias se restauram automática e periodicamente.

38. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa
- (A) com a autorização ou aprovação do órgão competente do Poder Executivo, para iniciar o seu funcionamento.
 - (B) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, tendo sido abolida, depois da Constituição Federal de 1988, qualquer exigência de autorização ou aprovação do Poder Executivo, independentemente da atividade a ser exercida.
 - (C) pela celebração do contrato de sociedade, pela aprovação de seu estatuto nos casos das associações e pelo registro do testamento ou lavratura de escritura pública da instituição, no caso das fundações.
 - (D) com a publicação no Diário Oficial de seus atos constitutivos.
 - (E) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

39. A pessoa natural que não tenha residência habitual
- (A) considera-se domiciliada no último lugar onde o teve.
 - (B) não tem domicílio.
 - (C) terá por domicílio o lugar onde for encontrada.
 - (D) terá por domicílio a Capital Federal.
 - (E) terá por domicílio o local onde nasceu ou onde tiver sido registrada no serviço de Registro Civil.

40. Haverá responsabilidade civil objetiva
- (A) sempre que a lei não exigir expressamente o requisito da culpa.
 - (B) nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
 - (C) somente quando o causador do dano for agente do Estado ou de suas concessionárias.
 - (D) nos casos de responsabilidade solidária ou quando o ato danoso tiver sido praticado por mais de uma pessoa sem que seja possível estabelecer de quem foi a culpa.
 - (E) em todas as hipóteses em que o dano foi causado a um consumidor e o agente for considerado fornecedor.

41. Interrompida a prescrição contra a Fazenda Pública, recomeça o prazo a correr
- (A) pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo, mas não poderá ficar aquém do prazo originário, se a interrupção se der antes de sua metade.
 - (B) do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo, pelo tempo faltante para completar cinco anos.
 - (C) da data do trânsito em julgado da sentença que vier a ser proferida no respectivo processo, e pelo prazo faltante para completar cinco anos.
 - (D) pelo mesmo tempo do prazo prescricional, uma vez que não se trata de suspensão, contando-se da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
 - (E) pelo dobro do tempo faltante, contado da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

42. Se o imóvel for alienado durante a locação predial urbana, o adquirente
- (A) poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mesmo que ainda esteja dentro do prazo contratual.
 - (B) não poderá em nenhuma hipótese denunciar o contrato, antes de seu termo final.
 - (C) só poderá denunciar o contrato, se necessitar do imóvel para uso próprio, de ascendente, de descendente ou de seu cônjuge.
 - (D) poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel, sendo que a denúncia deverá ser exercida no prazo de noventa dias contados do registro de venda ou de compromisso.
 - (E) presume-se concorde na manutenção da locação, se não exercitar a denúncia do contrato no prazo de trinta dias, contados do registro da venda ou do compromisso e, por isto, deve respeitar o ajuste até o termo final de seu prazo.

43. Difere a condição suspensiva do termo inicial porque aquela
- (A) pode não derivar exclusivamente da vontade da parte, enquanto este sempre deriva da vontade das partes.
 - (B) suspende apenas o exercício do direito enquanto este suspende a aquisição e o exercício do direito.
 - (C) consubstancia evento futuro e certo, enquanto este, evento futuro e incerto.
 - (D) pode referir-se a fato passado, enquanto este só pode referir-se a evento futuro.
 - (E) suspende a aquisição e o exercício do direito enquanto este suspende apenas o seu exercício.

<p>44. Efetivar-se-á o pagamento</p> <p>(A) no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.</p> <p>(B) no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.</p> <p>(C) no local onde convencionado pelas partes e, ainda que reiteradamente feito em outro local, não se presume renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.</p> <p>(D) ordinariamente, no domicílio do devedor e, sendo designados dois ou mais lugares para o pagamento, caberá, também ao devedor, escolher entre eles.</p> <p>(E) no domicílio do credor mas sendo designados dois ou mais lugares para o pagamento, caberá ao devedor escolher entre eles.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>47. O proprietário de imóvel limítrofe entre a zona urbana e a zona rural de um determinado município recebeu notificação para pagar IPTU e foi autuado pela Receita Federal por não ter feito o pagamento antecipado do ITR, sendo intimado a pagar o valor do tributo, acrescido de multa e acréscimos legais. Diante deste fato deverá o proprietário do imóvel propor ação de</p> <p>(A) repetição do indébito.</p> <p>(B) declaração de inexistência da obrigação tributária.</p> <p>(C) anulação de ambos os créditos tributários.</p> <p>(D) declaração do IPTU, porque se considera localizado na zona rural.</p> <p>(E) consignação em pagamento.</p>
<p>45. A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício,</p> <p>(A) e também as jazidas, minérios e demais recursos minerais.</p> <p>(B) mas não abrange os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.</p> <p>(C) excetuando-se apenas as jazidas e os bens referidos em leis especiais.</p> <p>(D) podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros a qualquer altura e profundidade.</p> <p>(E) incluindo-se os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, mesmo que submetidos a transformação industrial.</p>	<p>48. O lançamento pode ser efetuado e revisto de ofício</p> <p>(A) quando o fisco quiser complementar receita.</p> <p>(B) após a extinção do crédito tributário.</p> <p>(C) quando se comprove que o sujeito passivo agiu com dolo, fraude ou simulação.</p> <p>(D) quando o sujeito passivo assim optar.</p> <p>(E) por impugnação do sujeito passivo.</p>
<p>46. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis</p> <p>(A) o empreiteiro de materiais e execução só responderá pela solidez e segurança do trabalho se houver cláusula expressa de responsabilidade objetiva.</p> <p>(B) o empreiteiro de materiais e execução só responderá pela solidez e segurança do trabalho, mas não em razão dos materiais ou do solo.</p> <p>(C) o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.</p> <p>(D) o empreiteiro de materiais e execução, em nenhuma hipótese, responderá pelos defeitos em razão do solo, mas responderá pelos defeitos em razão dos materiais.</p> <p>(E) o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo prescricional de três anos, pelos defeitos da obra independente de culpa e durante o prazo decadencial de cinco anos, se tiver culpa, cuja demonstração incumbe ao dono da obra.</p>	<p>49. Sobre sujeição passiva tributária, é correto afirmar, EXCETO:</p> <p>(A) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil, bem assim estar a pessoa jurídica regularmente constituída.</p> <p>(B) Haverá solidariedade passiva em matéria tributária em razão de lei ou acordo de vontades.</p> <p>(C) Contribuinte é aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui fato gerador.</p> <p>(D) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações positivas ou negativas em função da arrecadação ou fiscalização de tributos.</p> <p>(E) Pode ser sujeito ativo o ente competente para instituir tributo, ou outra pessoa jurídica, em razão de delegação.</p> <p>50. Sujeita-se ao princípio da anterioridade nonagesimal, mas é exceção aos princípios da anterioridade anual e da legalidade o imposto</p> <p>(A) sobre operações de câmbio.</p> <p>(B) de importação.</p> <p>(C) sobre produtos industrializados.</p> <p>(D) de exportação.</p> <p>(E) sobre circulação de mercadorias.</p> <p>51. A imunidade em relação a livros, jornais e periódicos se refere a</p> <p>(A) impostos, apenas.</p> <p>(B) tributos.</p> <p>(C) contribuições sociais.</p> <p>(D) impostos e contribuições especiais.</p> <p>(E) impostos e taxas.</p>

<p>52. Sobre o conceito legal de tributo, descrito no art. 3º do Código Tributário Nacional, é correto afirmar:</p> <p>(A) Pode ser considerado sanção por ato ilícito, como na hipótese de exigência de imposto de importação em razão de crime de contrabando.</p> <p>(B) Na hipótese de lançamento por homologação, como é o caso do imposto sobre propriedade territorial urbana, não é a autoridade administrativa plenamente vinculada quem realiza o lançamento tributário.</p> <p>(C) Admite como forma de pagamento a entrega de coisa, como, por exemplo, parte da produção de uma indústria para pagamento de imposto sobre produto industrializado.</p> <p>(D) Via de regra é instituído mediante lei, mas a Constituição Federal prevê exceções.</p> <p>(E) É prestação pecuniária voluntária prestada pelo contribuinte, nas hipóteses de tributos com lançamento por homologação.</p>	<p>55. O ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural é de competência da União. Contudo, os Municípios, nos termos da lei, poderão optar em arrecadar e fiscalizar este imposto, conforme autoriza a Constituição Federal. Neste caso o Município que assim optar será titular da</p> <p>(A) competência tributária ativa. (B) competência e da capacidade tributária ativa. (C) capacidade tributária ativa. (D) competência tributária delegada. (E) capacidade tributária delegada.</p>
<p>53. Sobre o instituto da moratória, é correto afirmar:</p> <p>(A) É causa de exclusão do crédito tributário, ao lado da isenção, somente podendo ser instituída mediante lei e revogada no mesmo exercício financeiro em que foi instituída.</p> <p>(B) Quando concedida em caráter individual, mediante despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei, só pode ser revogada quando o sujeito passivo não tem ou deixa de preencher os requisitos legais para sua concessão.</p> <p>(C) É causa de extinção do crédito tributário, podendo ser concedida em caráter geral, individual ou regional, através de lei da pessoa jurídica competente para instituir o tributo a que se refira.</p> <p>(D) A revogação da moratória em caráter geral só pode ser feita através de lei, hipótese em que será cobrado o crédito acrescido de juros de mora e de penalidade cabível nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele.</p> <p>(E) Não poderá ser concedida em razão de condições específicas a serem demonstradas pelo contribuinte, por violar o princípio constitucional da isonomia ou igualdade, que prevê que todos devem receber o mesmo tratamento tributário.</p>	<p>56. O Governo Federal, pretendendo criar nova fonte de receita tributária, dentro do mesmo exercício financeiro, para cobrir despesa extraordinária decorrente de calamidade pública de âmbito nacional, devidamente reconhecida por decreto presidencial, deverá se valer da seguinte espécie tributária:</p> <p>(A) contribuição social residual, mediante medida provisória. (B) imposto extraordinário, mediante medida provisória. (C) imposto residual, mediante medida provisória. (D) contribuição de intervenção no domínio econômico, mediante decreto. (E) empréstimo compulsório, mediante lei complementar.</p>
<p>54. A prescrição de crédito tributário definitivamente constituído em 18 de maio de 2003 e cujo fato gerador aconteceu em 05 de fevereiro de 2003 será em cinco anos a contar</p> <p>(A) do primeiro dia do exercício seguinte à constituição do crédito tributário, ou seja, em 01 de janeiro de 2009.</p> <p>(B) da ocorrência do fato gerador, ou seja, 06 de fevereiro de 2008.</p> <p>(C) do primeiro dia do exercício seguinte à ocorrência do fato gerador, ou seja, em 01 de janeiro de 2009.</p> <p>(D) da constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, em 19 de maio de 2008.</p> <p>(E) da ocorrência do fato gerador, ou seja, em 05 de fevereiro de 2008.</p>	<p style="text-align: center;">CONTROLE EXTERNO</p> <p>57. A possibilidade de interposição de recurso contra as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado estende-se ao</p> <p>(A) Presidente da Assembléia Legislativa, em razão da possibilidade de controle dos atos do Tribunal de Contas do Estado. (B) superior hierárquico do agente público contra o qual a decisão foi proferida. (C) órgão ou entidade do qual faz parte o agente público contra o qual a decisão foi proferida. (D) Ministério Público atuante junto ao Tribunal de Contas do Estado. (E) Procurador do Tribunal de Contas, caso advenham fatos novos passíveis de influenciar na decisão proferida.</p> <p>58. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para</p> <p>(A) apresentar pedido de sustação de atos irregulares perante o Tribunal de Contas do Estado. (B) denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado. (C) apresentar denúncia perante o Tribunal de Contas do Estado, sujeito o denunciante à multa no caso de improcedência. (D) denunciar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidade ou ilegalidade na atuação de agentes públicos, desde que integrantes da Administração Direta. (E) apresentar denúncia ao Ministério Público do Estado, por intermédio do Tribunal de Contas do Estado, sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade na atuação de qualquer agente público estadual.</p>

<p>59. A ausência ou impedimento de qualquer conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas</p> <p>(A) enseja o adiamento da sessão, porque é necessário proferimento de voto pela totalidade dos membros da Corte.</p> <p>(B) não impede a realização da sessão, colhendo-se os votos do ausente na sessão seguinte.</p> <p>(C) autoriza a substituição do ausente pelo auditor-chefe, mediante convocação do Presidente do Tribunal.</p> <p>(D) autoriza a substituição do ausente por um dos membros do Ministério Público atuante junto àquele Tribunal.</p> <p>(E) não impede a realização da sessão, desde que limitada a um membro, sob pena de suspensão.</p>	<p>63. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no julgamento de contas, a quitação ao responsável e a recomendação ao mesmo para que proceda à correção das irregularidades ou omissões equivale a julgá-las</p> <p>(A) regulares com ressalva.</p> <p>(B) irregulares, decorrendo a oportunidade de sanar as pendências do princípio devido processo legal.</p> <p>(C) parcialmente regulares.</p> <p>(D) irregulares com ressalva.</p> <p>(E) regulares, tendo em vista que as irregularidades ou omissões são sanáveis.</p>
<p>60. A realização de compras por valor inferior ao de mercado, determinada por órgão público sem a realização da competente licitação</p> <p>(A) não representa ilegalidade ou irregularidade nas contas do órgão, porque o Tribunal de Contas do Estado não realiza controle prévio da contratação.</p> <p>(B) não representa ilegalidade ou irregularidade nas contas porque não ficou evidenciado prejuízo pecuniário.</p> <p>(C) não representa irregularidade ou ilegalidade da despesa desde que o responsável providencie, às suas expensas, o ressarcimento aos cofres públicos do valor gasto.</p> <p>(D) enseja a regularidade parcial das contas, em face da ilegalidade da despesa não autorizando a imposição de sanção face à ausência de prejuízo pecuniário.</p> <p>(E) configura ilegalidade da despesa, autorizando a imposição de sanção disciplinar pela autoridade competente.</p>	<p>64. Consideradas as características dos sistemas de controle externo da Administração Pública quanto ao momento de exercício do controle, é correto afirmar que, sob a égide da Constituição de 1988,</p> <p>(A) o controle externo é exercido pelos órgãos legislativos, com auxílio dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e, onde houver, dos Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios, em momento concomitante ou posterior à realização da despesa.</p> <p>(B) somente se admite a atuação dos Tribunais de Contas, em auxílio aos órgãos legislativos, posteriormente à realização das despesas.</p> <p>(C) não se admite o exercício de controle pelos Tribunais de Contas concomitantemente à realização da despesa, e sim em momento prévio ou posterior.</p> <p>(D) não se admite a realização de controle posterior à realização das despesas pelos Tribunais de Contas, exceto na hipótese de requisição do órgão competente do Poder Legislativo.</p> <p>(E) admite-se que os Tribunais de Contas exerçam controle prévio, concomitante ou posteriormente à realização da despesa, em auxílio aos órgãos administrativos responsáveis pelos sistemas de controle interno da Administração.</p>
<p>61. Os atos praticados por diretor de sociedades de economia mista e de empresas públicas</p> <p>(A) estão sujeitos a controle do Tribunal de Contas do Estado, porque referidas pessoas jurídicas integram a estrutura da Administração Direta.</p> <p>(B) não estão sujeitos a controle do Tribunal de Contas do Estado porque referidas pessoas jurídicas têm natureza jurídica de direito privado.</p> <p>(C) estão sujeitos a controle do Tribunal de Contas do Estado somente quando se dirigirem ou se relacionarem com a Administração Direta.</p> <p>(D) estão sujeitos a controle do Tribunal de Contas do Estado porque referidas pessoas jurídicas integram a estrutura da Administração Indireta.</p> <p>(E) estão sujeitos a controle do Tribunal de Contas do Estado quando praticados com dolo ou má-fé.</p>	<p>65. As decisões dos Tribunais de Contas da União e dos Estados das quais resultem imputação de débito ou multa</p> <p>(A) necessitam de homologação do Congresso Nacional, Assembléia Legislativa ou Câmara de Vereadores, conforme o caso, para serem executadas.</p> <p>(B) dependem de ação judicial prévia que declare a existência do débito ou multa para serem executadas.</p> <p>(C) somente podem ser executadas administrativamente, conforme procedimentos estabelecidos nas Leis Orgânicas respectivas.</p> <p>(D) carecem de efetividade real, pois somente se executam na medida em que houver cumprimento espontâneo de suas determinações.</p> <p>(E) terão eficácia de título executivo.</p>
<p>62. As atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas incluem</p> <p>(A) o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.</p> <p>(B) o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por valores públicos.</p> <p>(C) a fixação dos vencimentos dos Conselheiros.</p> <p>(D) a edição de atos normativos para dispor sobre a legalidade de atos de agentes públicos.</p> <p>(E) a aprovação da celebração de contratos e convênios.</p>	<p>66. No exercício de suas atribuições, os Tribunais de Contas</p> <p>(A) não podem ter quaisquer de seus atos impugnados judicialmente, uma vez que exercem suas atribuições a partir de expressa previsão constitucional.</p> <p>(B) podem sustar de imediato a execução de atos e contratos, se verificada ilegalidade, independentemente de representação ao órgão para adoção das medidas cabíveis.</p> <p>(C) podem apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público.</p> <p>(D) apreciam, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal da administração, inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão.</p> <p>(E) não podem realizar, por iniciativa própria, auditorias de natureza contábil ou financeira nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.</p>

AUDITORIA

67. É característica da auditoria operacional no setor público:

- (A) Exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária.
- (B) Obter elementos comprobatórios suficientes para fundamentar a opinião sobre os registros contábeis.
- (C) Emissão de opinião sobre a gestão quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade.
- (D) Atuação em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de um órgão público.
- (E) Certificação da regularidade das contas e a probidade na aplicação dos recursos públicos.

68. A atividade de auditoria executada com a participação de servidores não lotados nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno é denominada forma de execução

- (A) centralizada.
- (B) descentralizada.
- (C) integrada.
- (D) indireta.
- (E) simplificada.

69. Para o exercício de sua atividade, o auditor deve ter acesso a todos os documentos, fatos e informações da entidade auditada. Em decorrência, o auditor deve manter sigilo em todas as situações, EXCETO na relação entre o auditor e

- (A) a justiça.
- (B) fornecedores da companhia.
- (C) entidade controlada pela auditada.
- (D) os órgãos fiscalizadores da profissão.
- (E) outros auditores.

70. Analise as afirmações a seguir, relativas aos papéis de trabalho da auditoria:

- I. O auditor deve registrar nos papéis de trabalho as informações relativas ao planejamento de auditoria, a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos aplicados, os resultados obtidos e as suas conclusões da evidência da auditoria.
- II. O auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de cinco anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- III. Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor, não devendo em hipótese alguma ser postos à disposição da entidade.
- IV. Os papéis de trabalho utilizados em auditoria anterior na mesma entidade não podem ser utilizados para ajudar o planejamento e a execução da auditoria atual.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

71. Os testes de observância em auditoria têm como objetivo a

- (A) conferência dos cálculos de depreciação dos equipamentos.
- (B) avaliação do comportamento de itens significativos através de índices, quocientes e variações absolutas.
- (C) confirmação sobre o valor dos créditos a receber contabilizados pela entidade.
- (D) contagem física dos estoques.
- (E) avaliação dos controles internos da entidade.

72. O plano de amostragem probabilística que pressupõe a disposição dos itens de uma população em subgrupos heterogêneos representativos da população global é denominado amostragem:

- (A) aleatória simples.
- (B) estratificada.
- (C) baseada no julgamento pessoal do auditor.
- (D) casual.
- (E) não randômica.

73. Em auditoria, os procedimentos de revisão analítica consistem em verificar

- (A) a efetiva existência de bens e direitos na data do balanço patrimonial.
- (B) a exatidão aritmética dos documentos comprobatórios e registros contábeis.
- (C) o comportamento de valores significativos mediante o uso de índices e quocientes.
- (D) a ocorrência concreta do fato contábil.
- (E) o valor correto pelo qual os bens, direitos e obrigações devem ser registrados observando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

74. No ano calendário de 2007, os procedimentos de auditoria de conferência de cálculo da equivalência patrimonial devem ser aplicados a contas que registrem

- (A) a importação de bens do imobilizado em andamento.
- (B) o capital social subscrito e integralizado.
- (C) os investimentos temporários em ações negociados em Bolsas de Valores.
- (D) o capital social autorizado e o subscrito.
- (E) os investimentos permanentes e relevantes em controladas.

75. Na auditoria governamental, o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade da gestão (ou não) e a adequação das peças examinadas (ou não) é denominado:

- (A) Nota Técnica.
- (B) Certificado.
- (C) Relatório de auditoria.
- (D) Registro das constatações.
- (E) Parecer conclusivo.

76. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, art. 57, os Tribunais de Contas Estaduais emitirão parecer prévio sobre as contas no prazo de dias do recebimento, se não estiver estabelecido nas constituições estaduais.
- Completa-se corretamente o texto acima substituindo-se as lacunas por
- (A) provisório - trinta - assim
 (B) provisório - sessenta - outro
 (C) provisório - noventa - assim
 (D) conclusivo - sessenta - outro
 (E) conclusivo - noventa - outro

CONTABILIDADE

77. Uma companhia adquiriu em janeiro de 2007 um imóvel para utilização em suas atividades operacionais pelo valor total de R\$ 1.000.000,00, sendo 20% à vista e o restante a ser quitado em 80 parcelas mensais e consecutivas a partir de fevereiro de 2007. Em consequência de todos os lançamentos contábeis relativos à aquisição desse imóvel ao longo do ano-calendário de 2007, é correto afirmar, considerando-se apenas esses lançamentos, que o total do Ativo da companhia em 2007 aumentou (em R\$)
- (A) 1.000.000,00.
 (B) 800.000,00.
 (C) 760.000,00.
 (D) 690.000,00.
 (E) 680.000,00.

78. Na Demonstração de Resultado da Cia. Comercial Estrela D'Oeste de 31 de dezembro de 2007, o valor total da Receita Operacional Bruta da sociedade correspondeu a R\$ 200.000,00, sendo que as deduções de vendas representaram 23% dessa importância. Nessa mesma demonstração, o Custo das Mercadorias Vendidas foi equivalente a 55% da Receita Operacional Líquida e o valor do Estoque Final de Mercadorias correspondeu a R\$ 80.000,00. Considerando apenas essas informações, o Lucro Operacional Bruto, a Receita Operacional Líquida e o Custo das Mercadorias Vendidas foram, em R\$, respectivamente,
- (A) 115.300,00, 246.000,00 e 110.700,00.
 (B) 115.300,00, 200.000,00 e 110.700,00.
 (C) 87.300,00, 200.000,00 e 110.700,00.
 (D) 69.300,00, 177.000,00 e 84.700,00.
 (E) 69.300,00, 154.000,00 e 84.700,00.

79. Ao se contabilizar a proposta de destinação do resultado do exercício na escrituração comercial da companhia, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser registrada, se houver a
- (A) distribuição de dividendos, a débito da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 (B) formação da reserva legal, a crédito da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 (C) da distribuição de dividendos, a crédito da conta do Patrimônio Líquido.
 (D) da distribuição de dividendos, a débito da conta do Passivo Circulante.
 (E) formação da reserva legal, a débito da conta de Apuração do Resultado do Exercício.

80. Representa aplicação de recursos na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
- (A) o aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo.
 (B) o resultado positivo da equivalência patrimonial.
 (C) o aumento de imobilizado decorrente de integralização de capital em bens.
 (D) a redução do Ativo Circulante.
 (E) a venda de bens do Ativo Imobilizado mesmo sem lucro.

81. O total dos ativos da Cia. Alpha montava, em 31-12-2007, a R\$ 860.000,00 e o de sua controlada, a Cia. Beta, R\$ 420.000,00. Na mesma data, a Cia. Alpha tinha um crédito de 50.000,00 em relação à sua controlada devido a empréstimos efetuados; o valor de seu investimento na sua controlada correspondia a R\$ 160.000,00. É correto afirmar que, efetuando-se o Balanço Patrimonial Consolidado das duas companhias, o valor total do Ativo Consolidado corresponde, em R\$, a
- (A) 1.050.000,00.
 (B) 1.070.000,00.
 (C) 1.120.000,00.
 (D) 1.180.000,00.
 (E) 1.230.000,00.

82. De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei orçamentária anual deve compreender
- (A) apenas o orçamento fiscal, em respeito ao princípio da exclusividade.
 (B) somente o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, uma vez que as empresas estatais, por serem pessoas jurídicas de direito privado têm orçamento próprio.
 (C) todas as despesas correntes e de capital do Poder Público que está elaborando o orçamento.
 (D) apenas as receitas de capital que ultrapassarem o montante das despesas de capital.
 (E) somente o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das fundações geridas pelo Poder Público.

83. Do Balanço Orçamentário de um município, referente ao exercício encerrado em 31-12-2007, foram extraídas as seguintes informações (em R\$):
- Receita Prevista 250.000,00
 - Excesso de Arrecadação 40.000,00
 - Economia Orçamentária 35.000,00
 - Superávit Orçamentário 15.000,00
- É correto afirmar que a despesa fixada e a despesa realizada por esse município em 2007 corresponderam, respectivamente, em R\$, a
- (A) 310.000,00 e 275.000,00.
 (B) 305.000,00 e 280.000,00.
 (C) 300.000,00 e 285.000,00.
 (D) 285.000,00 e 300.000,00.
 (E) 275.000,00 e 310.000,00.

<p>84. É um exemplo de despesa extra-orçamentária o pagamento de</p> <p>(A) amortização da dívida pública.</p> <p>(B) restos a pagar de exercícios anteriores.</p> <p>(C) subvenções econômicas.</p> <p>(D) subvenções sociais.</p> <p>(E) de imóvel ou de bem de capital já em utilização pelo órgão público.</p>	<p>88. Relativamente a mercados em concorrência perfeita, é correto afirmar:</p> <p>(A) a demanda da firma é infinitamente elástica.</p> <p>(B) a oferta da firma é dada pelo ramo ascendente de sua curva de custo médio.</p> <p>(C) ao preço de mercado os produtores incorrem em prejuízo.</p> <p>(D) o aumento do número de produtores tende a elevar o preço de mercado.</p> <p>(E) a redução do número de consumidores tende a elevar o preço de mercado.</p>
<p>85. Um determinado contribuinte quita um valor inscrito na dívida ativa de seu município. O lançamento correspondente no sistema patrimonial será:</p> <p>(A) Ativo Permanente – Dívida Ativa Tributária a Variações Ativas</p> <p>(B) Bancos a Receita Prevista Corrente – Dívida Ativa Tributária</p> <p>(C) Despesa Fixada Corrente a Bancos</p> <p>(D) Receita Prevista Corrente – Dívida Ativa Tributária a Variações Ativas</p> <p>(E) Variações Passivas a Ativo Permanente – Dívida Ativa Tributária</p>	<p>89. O agregado macroeconômico que mede a produção de um país, seja esta produção realizada com fatores de produção de residentes no país ou residentes no exterior, mas que estejam em território nacional, da qual se deduz a depreciação do estoque de capital, mas se computa o valor dos impostos indiretos, é o</p> <p>(A) Produto Nacional Bruto a preços de mercado.</p> <p>(B) Produto Interno Bruto a custo de fatores.</p> <p>(C) Produto Interno Líquido a preços de mercado.</p> <p>(D) Produto Interno Líquido a custo de fatores.</p> <p>(E) Produto Nacional Líquido a custo de fatores.</p>
<p>86. Um município vende imóvel de sua propriedade em função de dificuldades financeiras. A contabilização correta desse fato no sistema financeiro será:</p> <p>(A) Receita de Capital Arrecadada a Receita Prevista de Capital</p> <p>(B) Variações Passivas a Ativo Permanente – Bens Imóveis</p> <p>(C) Variações Passivas a Ativo Permanente – Bens Móveis</p> <p>(D) Bancos a Receita de Capital – Alienação de Bens Móveis</p> <p>(E) Bancos a Ativo Permanente – Bens Imóveis</p>	<p>90. Considere uma economia em que a taxa de câmbio é flexível, há mobilidade de capitais e não há capacidade ociosa. Se o Banco Central promover a redução da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais, é de se esperar que a curto prazo ocorra</p> <p>(A) diminuição dos investimentos privados.</p> <p>(B) inflação de demanda.</p> <p>(C) redução das exportações brasileiras.</p> <p>(D) redução do nível de emprego.</p> <p>(E) diminuição do déficit público federal.</p>
<p style="text-align: center;">ECONOMIA</p> <p>87. A respeito da curva de possibilidades de produção de uma economia, é correto afirmar:</p> <p>(A) representa a combinação entre produto agregado e nível de preços que se pode alcançar nesta economia.</p> <p>(B) pontos à sua direita podem ser alcançados pela economia no curto prazo.</p> <p>(C) seu formato é convexo em relação à origem devido à lei dos rendimentos marginais decrescentes.</p> <p>(D) expressa a máxima produção de dois bens, dado que a economia utiliza a totalidade dos fatores de produção da forma mais eficiente possível.</p> <p>(E) pontos à sua esquerda representam excesso de demanda por fatores de produção.</p>	<p>91. São computados no saldo em conta corrente do balanço de pagamentos:</p> <p>(A) Importação de mercadorias, recebimento de aluguéis do exterior e amortização de empréstimos estrangeiros.</p> <p>(B) Exportação de mercadorias, pagamento de fretes ao exterior e diminuição das reservas internacionais</p> <p>(C) Recebimento de lucros de empresas estrangeiras, envio de donativos ao exterior e amortização de empréstimos estrangeiros.</p> <p>(D) Aumento das reservas internacionais, obtenção de financiamentos no exterior e remessa de royalties para o exterior.</p> <p>(E) Pagamento de juros a outros países, exportação de mercadorias e recebimentos de donativos do exterior.</p>

<p>92. Analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. A implementação de programas como o Bolsa Família visa promover melhor distribuição de renda.</p> <p>II. A função estabilizadora ou anti-cíclica das políticas governamentais pode ser cumprida por meio da adoção de medidas tais como a concessão do seguro desemprego.</p> <p>III. A redução da alíquota do IPI incidente sobre perfis de ferro ou aço não ligado de 5% para 0%, conforme Decreto nº 6.024/07, é um instrumento válido para que o governo cumpra a função alocativa da política econômica.</p> <p>IV. A adoção de medidas como as que integram o Programa de Aceleração do Crescimento não contribui para que o governo cumpra nenhuma das funções da política econômica, a saber: alocativa, redistributiva e/ou estabilizadora.</p> <p>Estão corretas</p> <p>(A) I, II e III, apenas.</p> <p>(B) I, II e IV, apenas.</p> <p>(C) I, III e IV, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>95. Mensuração do desempenho real, comparação do desempenho real em relação a um padrão e tomada de ação gerencial para corrigir desvios ou padrões inadequados são atividades do processo de</p> <p>(A) ação corretiva.</p> <p>(B) qualidade total.</p> <p>(C) PDCA.</p> <p>(D) controle.</p> <p>(E) planejamento.</p>
<p>93. A respeito da economia brasileira na década de 1990, é correto afirmar:</p> <p>(A) Ocorreu um típico processo de industrialização por substituição de importações, principalmente nos setores produtores de bens de consumo durável.</p> <p>(B) O problema da dívida pública interna foi solucionado por meio da redução dos gastos governamentais.</p> <p>(C) Em sua primeira metade, iniciou-se o processo de liberalização da economia, o que estimulou a concorrência e a modernização de alguns ramos industriais.</p> <p>(D) O Plano Real foi a única iniciativa da década para combater a inflação inercial, mas não alcançou qualquer êxito, já que o problema brasileiro era a inflação de custos.</p> <p>(E) O déficit da balança comercial foi combatido por uma política de desvalorizações cambiais diárias, as quais visavam manter a taxa de câmbio real constante, independentemente das forças de mercado.</p>	<p>96. Segundo Herzberg, a motivação resulta de fatores que podem ser divididos em duas categorias principais. As relações pessoais com os colegas e o estilo de supervisão do chefe são fatores</p> <p>(A) higiênicos ou motivacionais.</p> <p>(B) extrínsecos ou motivacionais.</p> <p>(C) intrínsecos ou higiênicos.</p> <p>(D) intrínsecos ou motivacionais.</p> <p>(E) extrínsecos ou higiênicos.</p>
<p style="text-align: center;">ADMINISTRAÇÃO</p> <p>94. A linha contínua, que se estende do topo da organização até o mais baixo escalão e define quem se reporta a quem, é denominada</p> <p>(A) autoridade.</p> <p>(B) cadeia de comando.</p> <p>(C) unidade de comando.</p> <p>(D) unidade de objetivo.</p> <p>(E) controle.</p>	<p>97. Para Hersey e Blanchard o estilo ou forma de liderança está relacionada à maturidade do subordinado. O estilo adequado de liderança para pessoas com baixo nível de maturidade, alto nível de comportamento orientado para a tarefa e com pouca ênfase no comportamento orientado para o relacionamento é denominado</p> <p>(A) determinação.</p> <p>(B) persuasão.</p> <p>(C) compartilhamento.</p> <p>(D) delegação.</p> <p>(E) prescrição.</p> <p>98. A análise do campo de forças de Kurt Lewin é útil para estudar as variáveis envolvidas na determinação da eficácia. Parte do princípio de que em qualquer situação existem forças</p> <p>(A) de curto prazo e longo prazo.</p> <p>(B) impulsoras e restritivas.</p> <p>(C) equilibradas e desequilibradas.</p> <p>(D) de saídas e intervenientes.</p> <p>(E) eficazes e ineficazes.</p> <p>99. No processo da administração estratégica, liderança no custo total, diferenciação e enfoque são três abordagens denominadas estratégicas</p> <p>(A) diversificadas.</p> <p>(B) estruturais.</p> <p>(C) genéricas.</p> <p>(D) competitivas.</p> <p>(E) ambientais.</p> <p>100. A estrutura de organização na qual existem unidades organizacionais diretivas, unidades coordenadoras de projetos e órgãos permanentes de apoio é a</p> <p>(A) descentralizada.</p> <p>(B) funcional.</p> <p>(C) departamentalizada.</p> <p>(D) divisional.</p> <p>(E) matricial.</p>